



## Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

<b>Ata da 121ª Reunião Ordinária do Comitê do Lago Guaíba</b>	Data: 17 de setembro de 2019
	Horário: 14h20min
	Local: Auditório do IRGA
Presidida por: Adriano Skrebsky	Secretariada por: Kelli Nascimento Andrade
<b>Membros:</b> Adriano Reinheimer – DMAE; Eliane S Silva – CORSAN; Carlos F A Garss – DMAE; Antonio C Pedreira – PREFEITURA DE GUAÍBA; Cesar S Araújo – PM Viamão; Fernando Machado – SINDIBRITAS; Laércio T P Silva – SINDAREIA; Verônica D Mea – IBRAM; Eduíno de Mattos – AMOVISCA; Edna Y M Salgado – ACOMBA; Alpha R Teixeira – LIONS CLUB; João S Torres – ROTARY CLUB; Elisabeth I F Krieger – IFRS/POA; Suzana M Lunardi – EMATER; Teresinha Guerra – UFRGS; Simone S Botelho – AMA; Kathia V Monteiro – INSTITUTO AUGUSTO CARNEIRO; Ana E Carara – ABES/RS; Sumirê S Hinata – AGP/RS; Manuel F S Salvaterra – APEQ/RS; Ana L P F Cruz – SINDIÁGUA; Cláudia Azevedo – SES; Sady M L Brazeiro – SSP/CABM; Rafael Volquind – FEPAM; Adriano Schorr – CPRM.	
<b>Convidados:</b> Paulo R Paim – DRHS; Juliano Nugert – CORSAN; Luiz C K Fº – CORSAN; Luiz F B Costa – SINDUSCON; Fábio R K Mendes – PM VIAMÃO; Lotar A Markus – ACOMBA.	

1 Aos dezessete dias mês de setembro de 2019, às 14h30min, ocorreu a 121ª Reunião Ordinária do  
2 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, no **Auditório do Instituto**  
3 **Riograndense do Arroz - IRGA - localizado na Avenida Missões, nº 342, bairro São Geraldo, Porto**  
4 **Alegre, RS**, com a pauta:

### 5 **Abertura**

6 Justificativa de Faltas;

7 Leitura de Expediente.

### 8 **Ordem do Dia**

9 1) Leitura e Aprovação de ata;

10 2) Deliberação sobre atividade de representação no XXI Encontro Nacional de Bacias Hidrográficas  
11 (ENCOB), de 21 a 25 de outubro de 2019, em Foz do Iguaçu/PR;

12 3) Apresentação CORSAN sobre a Parceria Público Privada (PPP) da Região Metropolitana;

13 4) Apresentação do Plano de Trabalho do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento do RS, pelo  
14 Diretor Paulo Renato Paim;

15 5) Apresentação sobre o Parque Natural Municipal Saint Hilaire de Viamão, pelo Gestor Biólogo Fábio  
16 Mendes.

### 17 **Assuntos Gerais**

### 18 **Encerramento**

19 Na **Abertura**, o Presidente cumprimentou a plenária e passou a palavra para a Secretária que  
20 informou as **Justificativas de Falta** de Sandro Almeida – AGABRITAS; Valery Pugatch – SENGE/RS,  
21 Ivo Lessa – SINDICATO RURAL GUAÍBA, Jorge Heineck – AGEFLOR, Gelcira Teles – MIRASERRA e  
22 André Carus – CAMPOA. Na **Leitura de Expediente**, a Secretária tratou de **1.** Atividades de  
23 representação: Presidente e Secretária Executiva participaram da Oficina PROCOMITÊS em  
24 25/07/19; Vice Presidente participou da 101ª RO do CRH em 17/07/19, da RO FGCBH em 28/08/19,  
25 acompanhado do Presidente, da 22ª RO da CTG em 04/09/19, da 102ª RO do CRH em 11/09/2019 e  
26 da RE FGCBH em 11/09/19. Presidente palestrou na Semana Acadêmica do curso de Gestão  
27 Ambiental do IFRS/POA, tema “Comitê de Bacias: o que é e o que faz” em 04/09/19 e participou da  
28 abertura do Seminário Cidade Bem Tratada, em 12/09/19; **2.** Regimento Interno do Comitê –  
29 Controle de frequência: as entidades cujos representantes faltaram a três reuniões sem  
30 justificativas receberam comunicado de desligamento do representante, via Ofício, e solicitação de  
31 nova designação, a saber: Câmara Municipal de POA, CORSAN, Lions Club, PM Canoas, Rotary Club,

*Água: recurso precioso e finito*




32 Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade.  
33 Câmara Municipal de POA e CORSAN designaram novos representantes (Vereador André Carus e  
34 Química Industrial Eliane Simões), Lions Club, Rotary Club e Secretaria Estadual da Saúde  
35 apresentaram pedido de reconsideração, justificativas e documentos comprobatórios, a CPA  
36 analisou e deu deferimento com a ressalva de manutenção da frequência. Secretaria Municipal do  
37 Meio Ambiente e da Sustentabilidade e PM Canoas não se manifestaram; **3.**Solicitação de estágio  
38 voluntário no Comitê, formalização tramitando junto à AMA; **4.**Designação dos representantes do  
39 Comitê para representação junto ao CRH, Consema e respectivas Câmaras Técnicas via *Of.comlago*  
40 *035\_2019\_FGCBH*, encaminhado em 04/09/19; **5.**Recebido Ofício nº 012/AMA/2019: substituição  
41 de representante, passando a ser Simone Steigleder, encaminhar novo nome ao FGCBH para  
42 substituição da representação na Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos do CRH; **6.**  
43 Recebido, em 02/09/19 email do Engº Lessandro Trindade com solicitação para apresentar  
44 dissertação finalizada de mestrado, "Aplicação de ferramentas de gestão de recursos hídricos para a  
45 planificação de um sistema de tratamento descentralizado de esgoto sanitário com *wetland*  
46 construído em microbacia hidrográfica urbana", o encaminhamento da CPA foi de que a  
47 apresentação ocorra na 122ª RO; **7.** Projeto Aterro Sanitário em Viamão, Secretária relatou que a  
48 empresa empreendedora (Empresa Brasileira de Meio Ambiente - EMBA) negou solicitação de  
49 apresentação do projeto ao Comitê e que o encaminhamento da CPA foi chamar a representação  
50 dos moradores do Passo da Batalha para apresentação durante a 122ª RO; **8.** IX Mostra de  
51 Trabalhos Téc, Cient e Comunit da RH do Guaíba, de 04 a 15.10.19, Secretária destacou o  
52 cronograma e informou prorrogação das inscrições até o dia 23/09/19; **9.** Grupos de Trabalho (GT) –  
53 GT1 (Acompanhamento do Convênio 013/2016) reuniu-se com a Secretária Executiva do FRH,  
54 Patrícia Cardoso em 19/08/19 com a finalidade de vistas do processo administrativo do Convênio  
55 013/2016. Na ocasião, Patrícia orientou que a solicitação de aditivo de prazo e de valor deve ser  
56 encaminhada com as adequações do Plano de Trabalho. O GT1 procedeu com as adequações, a CPA  
57 contribuiu e a proposta será encaminhada à Plenária, para considerações; **10.** GT2 (Qualidade e  
58 Monitoramento da Água) está elaborando um Termo de Referência "Modelagem Hidrodinâmica da  
59 Qualidade das Águas e do Comportamento de Fluxos", em atendimento ao determinado no Plano  
60 da Bacia, última reunião ocorreu em 10/09/19; GT3 (Ações de institucionalização do Comitê  
61 (mobilização social, educação ambiental, comunicação social) trabalhando em várias frentes:  
62 solicitação de sala para sede do Comitê, considerando que o IFRS determinou desocupação da sala  
63 até o final de setembro/2019. Nesse sentido, encaminhamento de Ofícios para PUCRS, UNISINOS,  
64 DMAE, SEMAI, Secretaria de Transportes, sem retorno. O GT também está criando um Termo de  
65 Referência para elaboração de Revista para divulgação das ações do Comitê, além de articulação de  
66 um Seminário sobre o muro da Mauá, em parceria com a SERGS. Na **Ordem do Dia 1) Leitura e**  
67 **Aprovação da ata da 120ª RO**, a leitura foi dispensada, considerando o envio prévio do documento por  
68 e-mail e a ata foi aprovada por unanimidade. O Presidente propôs inversão de item de pauta e passou  
69 para o **4) Apresentação do Plano de Trabalho do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento**  
70 **do RS, pelo Diretor Paulo Renato Paim**, cumprimentou o Diretor e a ele concedeu a palavra. O Diretor  
71 agradeceu, cumprimentou a plenária e destacou a presença de Fernando Scottá da Divisão de  
72 Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (DIPLA) do Departamento de Departamento de Recursos  
73 Hídricos e Saneamento do RS (DRHS), de Cláudia Azevedo da Secretaria Estadual da Saúde (SES), de  
74 Sady Brazeiro da Secretaria de Segurança Pública do Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM)  
75 e de Rafael Volquind da Fepam. Explicou que na troca de gestão estadual, o Saneamento foi  
76 incorporado ao DRH, considerando que a Secretaria Meio Ambiente teve incorporação da  
77 Infraestrutura, o que agregou Saneamento e Energia. Que atualmente, o DRH é composto pelas  
78 Divisões de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (DIPLA), de Outorga e Fiscalização do Uso  
79 dos Recursos Hídricos (DIOUT) de Saneamento e de Monitoramento das Mudanças Climáticas e  
80 Eventos Críticos. Destacou que tirar o Saneamento da Secretaria de Obras, historicamente lá

81 alocado e colocar na Secretaria de gestão de meio ambiente não foi apenas uma medida  
82 administrativa e sim mudança de conceito. Que a DIPLA está focada na área de planejamento  
83 mesmo, trabalhando com os Planos de Bacia. Considerando que no planejamento, há a  
84 possibilidade de trabalhar com modelos clássicos ou com modelos flexíveis, questionou se todos os  
85 Comitês tem necessidade de um Plano de Bacia clássico como é o do Lago Guaíba, se todos tem  
86 conflito pelo uso da água em qualidade e quantidade a ponto de precisar de um plano clássico,  
87 disse que talvez não. Que a DIPLA tem buscado se estruturar enquanto órgão público técnico e  
88 flexibilizar o conceito de saneamento. Sobre o Departamento de Saneamento, disse que está  
89 implantado e aberto a sugestões. Que o Plano de Saneamento continuará em execução, porém será  
90 modernizado. Em relação à Divisão de Monitoramento das Mudanças Climáticas e Eventos Críticos,  
91 disse que ela tem de concreta a Sala de Situação, montada com recurso da Agência Nacional de  
92 Águas que deve se comunicar mais e melhor com os Comitês de Bacia, que o Sistema de Recursos  
93 Hídricos deve utilizá-la e que estão caminhando neste sentido. Falou do PROGESTÃO e do  
94 PROCOMITES, programas de fortalecimento do órgão gestor e dos Comitês, respectivamente. Disse  
95 que se o Comitê quiser saber mais, basta solicitar apresentação ao DRHS, de Gabriel Frota e de  
96 Fernando Scottá, e assim, poderá também pontuar no que se refere às metas de Capacitação. Que  
97 a lógica dos programas é bem interessante, pois se baseia na pactuação de metas, as quais depois  
98 de cumpridas dão direito ao recebimento de recursos financeiros. Falou também do terceiro  
99 programa que está em vias de implantação denominado Revitalização de Bacias Hidrográficas,  
100 também de nível nacional, atualmente vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional  
101 (MDR), amplo. Que no momento, o DRHS está “preenchendo” um modelo do MDR, que se por ele  
102 aprovado, dará condições para desenhar o Programa para o RS, que o mesmo já existe em dois  
103 estados que são GO e ES. Destacou a experiência do Comitê do Lago com o programa Pró Guaíba,  
104 disse que poderá servir de subsídio, aproveitando-se os acertos que foram alcançados com ele. Que  
105 se o Comitê quiser conhecer o Programa em detalhe, poderá solicitar apresentação à Carolina  
106 Turcato. Falando do Sistema de Recursos Hídricos, disse que quando assumiu como Diretor,  
107 convidou os 25 Comitês do RS, para conversar, porque ele queria fazer perguntas. Disse que a  
108 maioria dos Comitês esteve presente para ouvir as perguntas mas que outros levaram uma pauta de  
109 reivindicações. Disse que naquele momento não era o objetivo atender às reivindicações e sim  
110 conhecer a realidade dos Comitês por meio de suas Diretorias. Que após a conversa concluiu que a  
111 Lei 10.350/1994 “bateu no teto”, com alguns instrumentos de impossível implantação, como  
112 Agência e Cobrança, por exemplo. No caso da cobrança, disse que como está estabelecido na Lei  
113 10.350/1994, ocorre a captação no setor privado e transformação em recurso público que e com  
114 isso ninguém concorda. Disse que está no momento de modernizar a Lei 10.350/1994, aproveitar  
115 tudo que aconteceu de bom no país e adaptá-la à realidade do RS. Quanto ao Conselho de Recursos  
116 Hídricos (CRH), disse que o mesmo também está numa caminhada de revisão, reorganização,  
117 formalizando o relacionamento com os Comitês de Bacia. Das mudanças já observadas, destacou  
118 que hoje o DRHS está bem mais orgânico do que sempre foi, assim como a Secretaria de Meio  
119 Ambiente e Infraestrutura. Destacou também a sistematização da representação do Estado no CRH  
120 e nos Comitês de Bacia. Sobre o Ministério Público do RS (MPRS), destacou a necessidade de  
121 diálogo, de posicionamento colaborativo e não de enfrentamento. Citou que o novo Decreto de  
122 Regularização de Poços do RS foi feito em parceria entre DRH/SEMA e MPRS, assim como a  
123 Resolução nº 333 do CRH. Disse que será ainda mais rigoroso o controle de frequência às reuniões  
124 dos Comitês, considerando a necessidade de formalização das relações institucionais. Reiterou que  
125 em 31/10/19, das 13h às 17h, no Auditório da CORSAN ocorrerá Oficina de Capacitação do DRHS  
126 aos membros do Comitê, com a finalidade de compreensão do real papel dos Comitês perante o  
127 Sistema de Recursos Hídricos. Finalizou dizendo que Governo estabeleceu para o DRHS duas  
128 prioridades que são o Sistema de Outorga (SIOUT) e Segurança de Barragens, destacou que o SIOUT  
129 está requerendo mais atenção. O Presidente agradeceu a apresentação e abriu para perguntas.

130 Eduíno de Mattos disse que nenhum governo do Brasil terá interesse na implantação da Agência  
131 considerando que não poderão privatizar como estão tentando fazer com o Dmae. Destacou que o  
132 Comitê do Lago Guaíba está completando 20 anos e questionou sobre o que o mesmo fez de  
133 prático. Sugeriu ao Presidente Adriano uma apresentação sobre o que de fato foi feito nestes 20  
134 anos em benefício da sociedade. Verônica Della Mea disse que de acordo com o exposto pelo  
135 Diretor, está sendo feita revisão da Lei 10.350/1994 que é a base de todo Sistema de Recursos  
136 Hídricos do RS. Com base nisso perguntou se o Comitê do Lago terá oportunidade de colaborar com  
137 esta revisão ou se só ficará sabendo após a finalização. Ana Carara quis saber dos encaminhamentos  
138 do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), disse que teve uma época na qual vários Comitês  
139 participaram, que a última informação que teve foi de que o mesmo estava sendo encaminhado  
140 para a Assembleia. Perguntou se há necessidade de aprovação do mesmo em Lei para que os  
141 órgãos passem a levar em consideração os enquadramentos. O Presidente se dirigiu ao Diretor e  
142 disse que a Plenária não se opõe às Capacitações sobre os Programas mencionados e que terão  
143 apenas que adequar o termo nas convocações para as reuniões, pois vários assuntos das pautas das  
144 reuniões passadas são entendidos como Capacitação. Que a pontuação não foi tão boa como a do  
145 Comitê Taquari - Antas, mas que considera que estão cumprindo a meta. Sobre a Cobrança disse  
146 que entende que o grande usuário pagador, de acordo com a legislação será o setor de  
147 Saneamento, dentro do conceito, serviço de interesse local, dinheiro público que vai para o público,  
148 que ali tem uma questão de tarifa. Teresinha Guerra disse que o Diretor trouxe questões bem  
149 importantes, que estamos em outros tempos, que as mudanças são extremamente necessárias e  
150 perguntou como poderão viabilizar a implantação do Plano de Bacia, que tipo de mobilização é  
151 necessária. Disse que há uma confusão generalizada de que o Comitê é o executor o que não é uma  
152 verdade. O Diretor disse a Eduíno que a experiência da METROPLAN foi a que foi adiante e que não  
153 avançou mais devido ao veto de um conjunto de Comitês de Bacia. À Verônica Della Mea disse que  
154 estão finalizando um Termo de Referência para contratação de uma Consultoria que trabalhará na  
155 modernização da Lei. Que a forma de trabalho desta Consultoria será baseada na conversa com os  
156 Comitês. À Ana Carara disse que o PERH foi um contrato feito no governo Yeda, com execução da  
157 ECOPLAN, que havia uma Comissão Estadual que fez o Plano, politicamente, que não sabe se foi  
158 divulgado e se perdeu no tempo. Que o Governo seguinte não gostou do Plano, porém veio um  
159 banco mundial que ia financiar no Estado, ações na área gerencial e o governo da época esqueceu o  
160 PERH existente, pegou as metas do PROGESTÃO, as chamou de PERH e mandou para a Assembleia e  
161 lá ele ficou até o momento. Que agora, o DRHS pegou de volta e vão esperar atualização do Plano  
162 Nacional de Recursos Hídricos. Verônica destacou que há uma Câmara técnica do CRH criada para  
163 acompanhar a implantação do PERH. Ao Presidente, o Diretor disse que o DRHS está à disposição e  
164 concordou com a colocação dele sobre Cobrança. À Teresinha Guerra disse que estão em outros  
165 tempos, mesmo. Sobre a implementação do Plano de Bacia disse que é importante conhecer o  
166 Plano. O Presidente agradeceu a presença e colaboração do Diretor. **Encaminhamento:** será  
167 ministrada pelo Diretor uma Oficina de Capacitação dos membros do Comitê sobre o  
168 funcionamento do Sistema de Recursos Hídricos e o real papel dos Comitês, no dia 31/10/19, das  
169 13h às 17h, no Auditório da CORSAN. Sobre o item de pauta **2) Deliberação sobre atividade de**  
170 **representação no XXI Encontro Nacional de Bacias Hidrográficas (ENCOB), de 21 a 25 de outubro de**  
171 **2019, em Foz do Iguaçu/PR,** o Presidente informou que a Comissão Permanente de Assessoramento  
172 (CPA) designou a Secretária Executiva Kelli Andrade e o Vice Presidente Valery Pugatch e colocou para  
173 deliberação da Plenária. **Encaminhamento:** a atividade de representação pelos dois indicados foi  
174 aprovada por unanimidade. Em **3) Apresentação CORSAN sobre a Parceria Público Privada (PPP) da**  
175 **Região Metropolitana,** o Presidente passou a palavra para os Engenheiros Juliano Nugert e Luiz  
176 Klusener, da CORSAN. Com auxílio de projeção em *power point*, eles contextualizaram a PPP,  
177 apresentaram a região de abrangência, os sistemas integrados, população beneficiada, aspectos  
178 regulatórios, modelagem, benefício ambiental e cronograma. O Presidente agradeceu e abriu para

179 perguntas. Alpha Teixeira perguntou se o parceiro vai operar apenas o sistema de esgotamento sanitário  
180 deixando o sistema de abastecimento de água por conta da CORSAN. Juliano disse que sim, que neste  
181 modelo, a empresa contratada para tal fim, no caso, a Sociedade de Propósito Específico (SPE) fará  
182 apenas operação, manutenção e ampliação do sistema de esgotamento sanitário. Que no sistema de  
183 abastecimento de água apenas fará troca de hidrômetros e caça a fraudes. João Torres destacou que no  
184 bairro Belém Velho o Dmae cobra taxa de esgotamento sanitário sendo que o mesmo não está  
185 implantado. Disse que tem um sítio em Eldorado do Sul, que não utiliza devido ao lençol freático estar  
186 contaminado, que dentro de alguns dias a CORSAN fará a instalação da rede de água em sua  
187 propriedade. Eduíno de Mattos destacou as ocupações irregulares com ligações clandestinas à rede de  
188 água, as quais prejudicam quem paga a tarifa e quis saber qual a estratégia da CORSAN para sanar o  
189 problema. Perguntou como se dará a transposição municipal de carga de esgoto, disse que atualmente  
190 existe uma transposição vergonhosa feita pela CORSAN, de Viamão para Porto Alegre. Quis saber  
191 também, considerando a privatização parcial da CORSAN, onde está o lucro da empresa vencedora.  
192 Juliano disse que no ano anterior a CORSAN iniciou o Projeto Água, *Vida e Cidadania*, uma ação da sua  
193 Diretoria Comercial em conjunto com todos os municípios do Estado, que tem por objetivo a  
194 regularização do abastecimento de água nas áreas consolidadas. Disse que é um assunto complexo, que  
195 passa pela Prefeitura que é quem tem poder de polícia para dizer que aquela área é consolidada e que  
196 ela virou parte do município, que não se trata mais de invasão. Que o que a CORSAN pode fazer é  
197 colocar macromedidor e cobrar da Prefeitura, aí, fica de qualquer forma sendo paga por todos os  
198 usuários, que a CORSAN só pode cortar a água em áreas regularizadas, porém, se a justiça determinar,  
199 não poderá ocorrer o corte, pois água é bem alienável. Em relação à questão da Vila Santa Isabel, disse  
200 que de fato é um problema, que o município por si só tem a concessão, mas o esgoto é na bacia  
201 hidrográfica, que na Vila Santa Isabel foram concluídas 3 mil economias em redes coletoras e um  
202 interceptor da Santa Isabel até Jardim Algarve, na sua antiga ETE que está sendo substituída por uma  
203 elevatória, de lá até a ETE Alvorada, a qual despeja no Rio Gravataí. Sobre o lucro, disse que conforme  
204 exposto por Luis, o contrato representa um valor de R\$ 9,5 bilhões em 35 anos, que o contrato foi  
205 modelado com custos operacionais e de execução de obras já um pouco menores do que os custos da  
206 CORSAN. Ana Cruz solicitou que na próxima reunião ordinária ocorra uma apresentação do SINDIÁGUA  
207 sobre a PPP. Perguntou por que as PPP são previstas para onde já existe tratamento de esgoto. Disse  
208 que Esteio tem cobertura de 90,95%, Sapucaia tem 55%, Sistema Cachoeirinha - Gravataí tem 84,16% ;  
209 74% e Canoas, 43%. Que no entanto, estão dizendo que para a universalização chega aos 87%. Quis  
210 saber como fica as cidades da região metropolitana que já tem investimento em esgoto. Disse que em  
211 2013 o PAC, disponibilizou R\$ 521 milhões para órgãos de esgotamento sanitário, que a CORSAN não  
212 utilizou o que foi disponibilizado e mesmo assim, conforme informado pelos Engenheiros na  
213 apresentação, ela ainda tem R\$ 370 milhões para investimentos enquanto a PPP estiver operando. Disse  
214 que a CORSAN tem R\$ 75 milhões do Pró Guaíba, o restante dos R\$ 521 milhões, que o somatório dá em  
215 torno de R\$ 980 milhões para investimentos. Quem em julho/2019 foi aprovado em reunião de Diretoria  
216 mais R\$ 500 milhões para investimentos, que então o questionamento é qual o motivo de contratar PPP  
217 se somado tudo dá em torno de R\$ 1,7 bilhões disponíveis para investimento. Ressaltou que o  
218 SINDIÁGUA fez denúncia ao Tribunal de Contas em 2018, que entrou como inspeção especial, a qual  
219 ainda não está finalizada, mas que nas apresentações da CORSAN está dita como tal. Lamentou que  
220 muitos colegas estejam saindo da CORSAN e não esteja ocorrendo concurso para novas contratações,  
221 considerou que o investimento deve ser feito nas pessoas que trabalham na Companhia. Que com uma  
222 PPP que não tiver recurso, não terá água. Como **Encaminhamento** o Presidente informou que a  
223 solicitação de Ana Cruz será incluída na pauta da 122ª RO. Juliano respondeu que os nove municípios da  
224 região são complexos e representam de 20% a 25% da população atendida pela empresa e das receitas  
225 da CORSAN. Que pela atualização da legislação nacional, contratos de programa deixarão de existir e  
226 tudo será por meio de concessão e nesses 9 municípios que representam 21% da receita da CORSAN, os  
227 contratos estão assinados por 37 anos, CORSAN com municípios. Que só com estes 9 municípios há uma  
228 boa garantia da existência da CORSAN por pelo menos 37 anos. Que sobre os R\$ 370 milhões, trata-se  
229 do que ainda tem que ser feito. Que os R\$ 500 milhões comentados se referem a outra questão, que

230 não investimento, são para suplementar contrato e não execução de obras. Sobre o PAC OGU 3ª Seleção  
231 disse que concorda que foi um problema a perda do recurso, mas que foi conjuntura de fatores, de  
232 vários itens. Sobre Tribunal de Contas, disse que o que colocam é que o Relatório Técnico já foi  
233 apresentado para os Diretores. Sobre investimentos e receber R\$ 12 milhões por mês no primeiro ano,  
234 disse que na realidade, no primeiro ano já terá que investir com troca de cerca de 20 mil hidrômetros,  
235 reforma de 40 ETES e das elevatórias, aproximadamente R\$ 50 milhões de investimento no primeiro  
236 ano. O Presidente agradeceu e disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal impôs aos gestores uma  
237 capacidade de endividamento e compromisso de maior zelo e cuidado com recursos públicos. No  
238 momento em que ela firma uma PPP passa o endividamento para o parceiro privado, porém, o parceiro  
239 privado não entra com seu recurso. Destacou que a delação premiada do Presidente da Odebrecht em  
240 2004 revelou que a lei de PPP no Brasil foi concebida pelo jurídico da Odebrecht, que todos os projetos  
241 da Rio 2016 e da Copa 2014, maioria das arenas foram executadas via PPP, que a maior PPP de Saúde do  
242 Recife teve repactuação em março/2019 e não atingiu os índices prometidos. Disse que o preocupou na  
243 modelagem apresentada que o faturamento representa 15%, que se tiver conjuntura de crise  
244 econômica como atualmente vem ocorrendo com inadimplência de 10% a 20% esses 15% não terão  
245 reflexo muito grande na remuneração da SPE. Sobre o conceito de público e privado disse que existe  
246 movimento de política liberal de transformar o público em privado. Disse que nos Estado Unidos apenas  
247 16% dos serviços públicos são privatizados, tendo chegado a 19% no governo Reagan, muito mais pela  
248 perspectiva do que estava sendo desenvolvido na Inglaterra. Que voltaram atrás porque o parceiro  
249 acabou trazendo como reflexo o aumento das tarifas e o não cumprimento das promessas. Disse que  
250 são muitos casos como em Medellín, Buenos Aires e no Brasil, o caso de Manaus. Ana Carara perguntou  
251 que percentual foi entregue nas experiências européias, que os posicionamentos contra e a favor são as  
252 discussões do meio, porém na sua visão deveriam se preocupar com a qualidade da água servida e que  
253 tratamento de esgoto está disponível. O Presidente disse que com relação ao caso que citou do Recife  
254 os estudos mostraram que o parceiro privado aumentou a tarifa e não entregou o que prometeu.  
255 Juliano disse que o aumento da tarifa pode ser percebido em se tratando de concessões puras, que no  
256 formato de concessão administrativa não há possibilidade de aumento de tarifa. O Presidente  
257 agradeceu a Juliano e disse que pelo adiantado da hora o item **5) Apresentação sobre o Parque Natural**  
258 **Municipal Saint Hilaire de Viamão, pelo Gestor Biólogo Fábio Mendes** teria que ficar para a próxima  
259 RO. Desculpou-se com o Biólogo e disse que ele seria contatado para reagendamento. Comunicou que a  
260 nova proposta de Termo Aditivo e alterações do Plano de Trabalho será enviada por email para  
261 contribuições e na sequencia encaminhada para protocolo na Sema. **Assuntos Gerais** sem inscrições.  
262 Agradeceu procedeu com o **Encerramento** da Reunião às 17h45 min.  
263

 Adriano Reinheimer Presidente	 Valery Pugatch Vice-Presidente	 Kelli Nascimento Andrade Secretária Executiva
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------